

Um desafio do tamanho do Brasil

Udo Simons

A expansão econômica e social prevista para a década que se inicia depende da educação superior para se concretizar, mas ao mesmo tempo coloca em questão a capacidade das instituições em atender à demanda desenvolvimento



A conjuntura econômica brasileira em 2010 traz um momento de reflexão aos mantenedores e gestores de instituições de ensino superior. Qual impacto o desenvolvimento econômico gera ao setor? Estariam as instituições de ensino superior preparadas para acompanhar esse desenvolvimento? E mais: há formação de mão de obra qualificada suficiente para garantir os prognósticos positivos?

Se as previsões dos economistas estiverem corretas, o Brasil entra na segunda década do século 21 no caminho de expansão consolidada de seu Produto Interno Bruto (PIB) previsto pelo Banco Central para fechar na casa dos 7,34% neste ano. Porém, esse indicador pode ser revisto até dezembro. E, pela sua recente trajetória, tudo indica que para cima.

Exemplos da boa fase financeira do país são diversos. Tomem-se como amostra estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A taxa de expansão dos investimentos na economia do país, indicada pelo banco, até 2013, é da ordem de 10% ao ano. A afirmação é fruto de análises da instituição considerando as intenções de investimento das empresas nas áreas da indústria e infraestrutura no ciclo 2010-2013. Especificamente, cinco setores são vistos como propulsores desse dinamismo: petróleo e gás, energia elétrica, logística, construção habitacional e agronegócios.

"As instituições de ensino superior são integrantes do processo de crescimento econômico, pois são organizações produtoras de serviços educacionais, os quais são parte do PIB. Ao mesmo tempo, esse PIB gera renda e quanto mais ele crescer, maior será a demanda pelos serviços das instituições", reflete o economista e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Roberto Macedo.

Para Macedo, o mercado do ensino superior está com pressão de maior oferta e mais disputado. "Assim, cada instituição deve procurar se tornar competitiva, em especial as particulares, pois as públicas têm sua competitividade assegurada pela não cobrança de anuidades." Ele aponta a inovação como caminho a ser seguido. "Uma oportunidade que vejo seria ampliar a oferta de cursos com ciclos básicos comuns a várias áreas, pois na graduação os jovens precisam de uma formação mais geral que a oferecida atualmente, já que o mercado de trabalho se comporta de tal forma que muitas vezes as pessoas vão trabalhar em ocupações atípicas da profissão escolhida", analisa. Macedo ressalva que, no aspecto quantitativo, as instituições de ensino superior estariam preparadas para atender à demanda de mercado frente ao crescimento econômico, apesar de, em sua avaliação, ainda haver muito espaço para avançar no que diz respeito ao conteúdo dos cursos, na forma de organizá-los e ministrá-los, e na sua qualidade.

Ao rever estatísticas de organismos nacionais e internacionais em educação é possível exemplificar o pensamento de Macedo. Entre os países emergentes, que nos últimos anos se destacaram pelo crescimento de sua economia e foram batizados, no mercado financeiro, pela sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o nível da formação superior brasileiro é o mais baixo.

Na Índia graduaram-se 14 milhões de estudantes em 2006, de acordo com as estatísticas do governo indiano. Em 2008, segundo dados do censo da China, publicados no China Yearbook 2009, o número de matrículas no ensino superior era superior a 20 milhões. A Unesco estipulou, em 2009, que nove milhões de russos estariam em assentos universitários. O Brasil

tinha, em 2008, 5,8 milhões de matrículas no ensino superior, contando com o ensino a distância.

"O que se questiona do nosso crescimento recente é a sua qualidade, muito mais para o lado do consumo do que para o investimento. E por que o investimento está baixo? Porque está faltando educação", avalia Carlos Alberto Safatle, professor de economia e administração da PUC-SP e presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon). "Crescemos economicamente e aumentamos nossa participação nas exportações da taxa de matéria-prima. Estamos criando pouco valor agregado. E o setor da educação é o responsável pela criação do valor agregado", diz.

Em julho último, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), formado por empresários brasileiros para análise e propostas ao desenvolvimento nacional, publicou um levantamento sobre a questão da formação em engenharia no Brasil. No texto, entre outros pontos, foi questionado o fato de o "Brasil não ter qualquer plano de qualificação de mão de obra, no sentido mais estrito do termo". Além de indagar: "haveria alguma lógica na expansão do perfil dos egressos do ensino superior brasileiro? (...) Ou: "este perfil é apenas uma reprodução inercial do sistema já constituído de formação de recursos humanos?".

Ponto de vista à parte, é válido observar as estatísticas educacionais relativas a dois setores (petróleo e energia) indicados pelo BNDES como agentes do crescimento nacional. De acordo com levantamento do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), há 59 cursos oferecidos entre instituições públicas e particulares para formação de bacharéis e tecnólogos para área de petróleo e gás, a estrela do grupo, segundo BNDES. Deles, formaram-se, ao todo, 2.374 estudantes em 2008. Na área de energia elétrica o total de graduandos foi de 121 alunos (entre bacharéis e tecnólogos), em 14 cursos oferecidos.

Segundo o Estudo de Competitividade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), veiculado pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), a maioria das empresas brasileiras não utiliza universidades nem centros de pesquisa como fontes de conhecimento tecnológico. Por sua vez, segundo o Prominp, as universidades não possuem tradição em atender demandas empresariais, pois não há uma agenda tecnológica definida.

"Nosso crescimento está muito relacionado com a questão agrícola, da mineração do petróleo e com a infraestrutura, às grandes obras hidrelétricas, com a construção civil", diz Paulo Corbucci, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Ao refletir sobre o papel das instituições de ensino nesse cenário, Corbucci acredita que as instituições particulares não estão preparadas. Para ele, de maneira geral, os gestores não têm visão macro do processo de desenvolvimento. "Do setor privado menos ainda. Eles têm uma visão muito específica do retorno financeiro que se pode obter ao investir em determinada área", acredita.

De qualquer forma, Corbucci não crê num gargalo. "Mas poderá haver pelo menos um encarecimento da mão de obra especializada em certas áreas", prevê. Ou a busca por profissionais de fora do país. "Parece-me que já há um crescimento de profissionais qualificados estrangeiros. Acho que precisamos, agora, fazer um chamamento de uma política nacional que aglutine o setor privado em torno de uma proposta de desenvolvimento do país", defende.

Para o pesquisador, o problema atual não é a falta de vagas, que para ele é suficiente. "Hoje, temos mais candidatos do que vagas. Ainda que a relação esteja muito baixa no setor privado, em torno de 1.3 candidatos. Daqui a pouco vamos ter menos candidatos do que vagas." A questão é como incluir um maior número de jovens no ensino superior.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), a meta para 2010 era ter matriculadas no ensino superior 30% das pessoas entre 18 e 24 anos. Atualmente, entretanto, as matrículas

correspondem a 13,7% nessa faixa etária. O índice em países da OCDE é de 39%. Em 2011, entrará em vigor um novo PNE, com validade até 2020. Uma de suas prioridades deverá ser a elevação dos investimentos em educação, que passarão a equivaler a 10% do PIB até 2014. Atualmente, não ultrapassam os 5,1%.

Para o professor de economia do Insper e da Universidade de São Paulo (USP) Naércio Menezes Filho, a questão que se coloca sobre como o crescimento econômico brasileiro afetaria as instituições de ensino superior está relacionada a um apagão de mão de obra qualificada. "Ou seja, a pergunta é se temos trabalhadores qualificados suficientes para promover o crescimento econômico." O problema, no caso, é a discrepância entre a oferta e a demanda. Enquanto algumas áreas suprem a demanda, outras estão deficitárias, principalmente as relacionadas à engenharia. Mas ele ressalta: "Em geral, não existe apagão de mão de obra qualificada. O aumento de matrículas ocorrido nos últimos anos é suficiente para suprir a demanda das empresas", acredita.

Diferentemente do ponto de vista defendido por Corbucci, pela existência de uma política nacional na área a fim de aglutinar as universidades particulares em torno de uma proposta para o desenvolvimento, Menezes defende a autorregulação do setor como saída para possíveis falhas na oferta de cursos com carência de formação profissional. "Não há necessidade de um planejador central. O mercado resolverá essas interações entre oferta e demanda. O mercado tem de ser deixado livre", defende.

O professor acredita que se as instituições de ensino superior perceberem que há demanda por cursos específicos abrirão mais vagas. Cada uma vai encontrar um nicho de mercado. Porém, ele reconhece o fato de ser mais fácil abrir um curso na área de ciências humanas. "É mais barato do que um curso de engenharia que requer laboratórios, centros de pesquisa avançados. O retorno precisa ser muito grande para valer a pena investir nessas áreas."

A definição de qual metodologia financeira a ser adotada para a gestão das instituições superiores, públicas ou particulares é complexa. Desde o início dos anos 2000, um caminho seguido por alguns foi o de transformar seus cursos ou departamentos em unidades de negócio independentes. Com isso, as instituições de ensino superior passaram a contabilizar, separadamente, os gastos diretos envolvidos em cada parte do processo de administração, como pagamento de horas-aula aos professores e a divisão conjunta das despesas operacionais - manutenção dos prédios, luz e água, por exemplo.

Há ainda os que conduzem sua gestão com base em métodos estatísticos de elementos-chave em relação a algumas variáveis como laboratórios, bibliotecas e salas de aula. Na Europa e Estados Unidos uma fórmula disseminada de lidar com as contas é o sistema denominado ABC de Custos, no qual são consideradas três etapas: os recursos físicos e humanos, as atividades da empresa e o produto final. Os recursos são alocados para as atividades, gerando, assim, o produto final.

Seja qual for a maneira encontrada por mantenedores e gestores do ensino superior para equacionar a questão da oferta por cursos mais procurados e custos necessários para sua criação, vale lembrar o alerta do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) feito em sua análise sobre o setor.

A pesquisa lembra que a trajetória percorrida na formação acadêmica com resultados para o mercado foi possível em função do contexto da industrialização ancorada na substituição de importações e forte presença de subsidiárias de empresas estrangeiras no país. Entretanto, este cenário, pelas perspectivas apresentadas, não se repetirá. As recentes crises econômicas, que afetaram fortemente os países industrializados, fizeram governos e empresas reverem as políticas de desenvolvimento de negócios e investimentos. A prioridade imediata foi a recuperação de suas economias, priorizando o mercado interno de produção e consumo, principalmente. Mas, agora, a educação e a formação profissional são as apostas para sair definitivamente da crise. Para isso, tanto governos quanto empresas terão de investir mais. É o que se deve ver na próxima década.

Como a educação superior atende as áreas de maior demanda da economia brasileira

PRIVADAS	Instituições	cursos oferecidos	vagas	concluintes ao ano
	Gestão e Logística	140	192	30.027
Agrocegócio	49	63	4.645	801
Petróleo e Gás	30	57	9.740	2.359
Energia elétrica	6	7	580	100
Engenharia civil	18	29	7.350	441

Públicas	instituições	cursos oferecidos	vagas	concluintes ao ano
	Gestão e Logística	6	6	710
Agronegócio	11	12	570	71
Petróleo e Gás	2	2	45	15
Energia elétrica	7	7	316	21
Engenharia civil / Tecnologia de edificação	49	59	3710	1155

Gestão voltada para o desenvolvimento

Manter as instituições de ensino superior atualizadas com as mudanças socioeconômicas do país é uma difícil tarefa. São vários os modelos para atingir essa condição. Porém, algumas características de gestão podem ser destacadas. Veja algumas dicas dos especialistas:

- Criar programas de pós-graduação
- Investir em corpo docente qualificado
- Definir trabalhos conjuntos com empresas
- Estabelecer uma política financeira objetiva
- Entender as políticas educacionais dos governos
- Saber aproveitar os programas de financiamento público
- Ter uma visão ampla do cenário econômico do país
- Firmar parcerias com setores industriais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência e tecnologia (C&T)
- Ter cursos que agreguem valor ao mercado de trabalho
- Ampliar a oferta de cursos com ciclos básicos comuns a várias áreas

Como as empresas investem em inovação

71,4% das empresas industriais realizaram inovação no 1º trimestre de 2010

33,2% lançaram até três inovações de produto ou

processo

19,0% lançaram entre quatro e seis inovações

19,1% lançaram sete ou mais inovações

74,3% das empresas esperavam inovar em produto e processo no 2º trimestre de 2010

Fatores que influenciam a decisão de inovar no 2º trimestre: exigência dos clientes - **63,74%**;
crescimento da demanda interna - **57,14%**;
pressões de custo - **57,14%**

Áreas de maior demanda

Engenharia

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) publicou, em julho, o estudo Formação de Engenheiros no Brasil: *Desafio ao Crescimento e à Inovação*. As principais conclusões foram: a situação brasileira em termos de engenheiros por habitante é especialmente precária e insustentável comparativamente a qualquer outro país desenvolvido ou no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil; o quadro brasileiro se explica pela baixa escolaridade superior, mas também é fortemente agravado pelo perfil dos egressos da graduação e pós-graduação, em que o percentual de engenheiros é baixo e decrescente; há uma forte e crescente demanda por profissionais de engenharia no Brasil, detectada pelo cotidiano das empresas e de suas dificuldades no mercado de trabalho.

O estudo completo sobre o tema com informações gerais sobre o ensino superior brasileiro pode ser acessado pelo site www.iedi.org.br.

Energia

A área de energia elétrica concentra um nível elevado de investimentos no Brasil. O Ministério do Planejamento prevê investimentos de R\$ 8,6 bilhões na área, 8% do total do orçamento, para o exercício 2011. A maior parte desses recursos, R\$ 3,9 bilhões, será aplicada em empreendimentos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Estatísticas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) mostram que em 2009 a indústria eletroeletrônica fechou o ano com faturamento de R\$ 112,2 bilhões. Para o final de 2010, há previsão de que esse faturamento cresça 11%, chegando aos R\$ 125 bilhões. Já o número de empregados oscila em 160 mil, porém para cada emprego direto, segundo a Abinee, são criadas três vagas indiretas. Ou seja, 460 mil pessoas empregadas.

Petróleo e Gás

Para suprir a demanda por profissionais especializados na exploração do petróleo e seus derivados, o governo federal criou há sete anos o Programa de Mobilização da

Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

O programa tem por finalidade aprimorar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no país e no exterior. Daí, estruturou-se, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), para a capacitação profissional. Os cursos são de nível básico, médio, técnico e superior e são realizados em parcerias com instituições de ensino. Pelos registros do Prominp, formaram-se por meio dessas iniciativas aproximadamente 78 mil pessoas até março de 2010.

Entretanto, segundo o Plano de Negócios para o período 2009-2013 da Petrobrás, principal empresa brasileira no setor, serão necessárias, pelo menos, 207 mil pessoas para desempenhar atividades em 185 categorias profissionais.

Fonte: Ensino Superior, out. 2010. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais